

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i19.34948>

Artigo recebido em: 30/10/2020

Artigo aprovado em: 26/02/2021

Artigo publicado em: 05/05/2021

PENSAR O PODER COM FOUCAULT

reflexões sobre dominação, resistência e emancipação a partir de *A Vontade de Saber*

THINKING OF POWER WITH FOUCAULT

reflections on domination, resistance, and emancipation from *The Will to Knowledge*

Heitor Moreira Lurine Guimarães¹

(hguimaraes631@gmail.com)

RESUMO

O artigo examina a concepção de poder formulada por Michel Foucault em *A Vontade de Saber*. Pretende-se sustentar a hipótese de que a concepção defendida por Foucault nessa obra possui vantagens em relação àquelas que são alvo de suas críticas tanto no aspecto teórico-descritivo quanto no aspecto prático-político. Com relação ao aspecto teórico-descritivo, este artigo argumenta que a visão de Foucault é mais vantajosa como explicação das relações de poder por conseguir captar o modo como relações estruturadas sob a forma de dominação sempre dependem de esquemas que excedem o controle daqueles que ocupam a posição de dominador. Com relação ao aspecto prático-político, o artigo parte da discussão sobre a resistência em *A Vontade de Saber* para argumentar contra a interpretação que considera Foucault cético no que se refere à agência e à emancipação, enfatizando o caráter imanente e antiutópico que a noção de resistência assume em seu pensamento.

Palavras-chave: Foucault. Poder. Resistência. Dominação. Emancipação.

ABSTRACT

The article examines the conception of power formulated by Michel Foucault in *The Will to Knowledge*. The goal is to argue for the hypothesis that the conception defended by Foucault in that book has advantages in comparison to those who are the object of his criticism both in the theoretical-descriptive aspect and in the practical-political aspect. Regarding the theoretical-descriptive aspect, this article argues that Foucault's view provides better explanations of power relations since it can account for the way how relations structured in the form of domination always depend on schemes which are beyond the control of those who occupy the position of dominator. As to the practical-political aspect, the article draws on the *Will to Knowledge*'s discussion on resistance to argue against the reading that considers Foucault to be skeptic regarding agency and emancipation, emphasizing the immanent and antiutopian character the notion of resistance has in his thought.

Keywords: Foucault. Power. Resistance. Domination. Emancipation.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2747211640060233>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3676-614X>.



1. INTRODUÇÃO

A *História da Sexualidade* de Michel Foucault é um dos projetos intelectuais mais famosos, inventivos, controversos e influentes do século XX. Desde o início de sua publicação, nos anos 1970, os trabalhos que integram a investigação desenvolvida pelo autor foram notáveis pela influência que exerceram nas mais diversas áreas do saber, incluindo, além da filosofia, a sociologia, a historiografia, a psiquiatria, a psicanálise e a sexologia, por exemplo. Além disso há uma contribuição inegavelmente decisiva (embora, frise-se, não a única) para a consolidação da teoria *queer* como um campo de estudos autônomo. Como não poderia deixar de ser, os temas abordados nas reflexões de Foucault nos quatro volumes do projeto também são extremamente vastos, indo da conexão entre a prática confessional cristã e os atuais procedimentos de formatação do desejo até o caráter normalizador da psicanálise, passando pela distinção dos modos de relação com o sexo no Ocidente e no Oriente.

Foi também no desenvolvimento desse projeto que Foucault apresentou a versão madura de sua inovadora perspectiva a respeito da natureza do poder. Este artigo aborda a concepção de poder desenvolvida por Foucault no primeiro volume do projeto da *História da Sexualidade*, intitulado *A Vontade de Saber*, de 1976. Com base nessa obra, e, secundariamente, em outras obras do autor, como alguns de seus cursos no *Collège de France*, este trabalho pretende argumentar que a perspectiva foucaultiana sobre o poder possui vantagens em comparação com outras perspectivas concorrentes quanto a dois aspectos principais.

O primeiro aspecto é de natureza teórico-descritiva: a ótica foucaultiana fornece um arcabouço conceitual e analítico que, como forma de explicação das relações de poder existentes, traz à tona uma dimensão que seria imperceptível sob outras luzes, qual seja, o fato de que nenhuma relação de poder que se estrutura como estado de dominação jamais se encontra sob o controle completo dos que ocupam a posição de dominadores. Pois todo estado de dominação depende, para existir, de esquemas que formatam a subjetividade de quem quer que ocupe a própria posição de dominação, mas que nenhum dominador pode, ele próprio, controlar. O segundo aspecto é de natureza prático-política, e consiste em denunciar como errônea uma certa interpretação que lê Foucault como um pensador cético a respeito das possibilidades de transformação dos esquemas de poder existentes. Busca-se mostrar, pelo contrário, que uma leitura mais fiel do pensamento foucaultiano



expresso em *A Vontade de Saber* aponta para uma compreensão das relações de poder como algo antes de tudo sujeito a mudanças, e que já contém em si os pontos de apoio que permitem a sua subversão.

Para a consecução de tais objetivos, o artigo começa com uma explicação introdutória sobre como *A Vontade de Saber* está situada nas fases do desenvolvimento da filosofia foucaultiana, a fim de delimitar mais precisamente qual tipo de investigação essa obra busca realizar e como se organiza a argumentação por ela desenvolvida. Posteriormente, faz-se uma exposição geral a respeito das novas formas de poder diagnosticadas por Foucault na passagem da época clássica aos tempos modernos, a saber, aquelas que Foucault designa com a categoria de biopoder, que compreende o poder disciplinar e a biopolítica.

Em seguida, o trabalho procede ao exame do primeiro dos aspectos anunciados anteriormente. Ao explicitar como o pensamento foucaultiano caracteriza o poder como difuso e relacional, a quinta seção tenta expor o contraste que a concepção de poder apresentada por *A Vontade de Saber* estabelece com paradigmas mais tradicionais na história do pensamento ocidental, a fim de delimitar as suas vantagens explicativas em comparação com estes últimos.

126

Por fim, a sexta e última seção discute a relação, proposta por Foucault, entre poder e resistência. Em primeiro lugar, tenta-se mostrar como a caracterização eminentemente imanente da resistência que Foucault faz no referido livro reforma conceitos políticos como agência e liberdade, conferindo-lhes um caráter antiutópico, em vez de alijá-los. Além disso, argumenta-se que a imbricação entre resistência e poder apontada por Foucault traz uma contribuição interessante para a elaboração de estratégias de lutas sociais pela emancipação, porque demonstra como as próprias relações de poder são constituídas por estratégias passíveis de serem apropriadas e manipuladas pelos sujeitos dominados a fim de transformá-las em relações menos rígidas em termos de dominação.

1 O PROJETO DA HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Pode-se questionar que razões teriam levado Michel Foucault a redigir uma história da sexualidade. Com efeito, dentre tantos temas possíveis para se discutir o exercício do poder, dentre os quais Foucault famosamente tratou da psiquiatria, da medicina em geral e da prisão, por que tratar especificamente da sexualidade? A resposta a essas



questões demanda que se explique como o primeiro volume de *História da Sexualidade* se situa no contexto mais amplo da obra de Foucault como um todo. É preciso começar, por esse motivo, com um esboço, ainda que sucinto, das etapas que constituem a elaboração do pensamento foucaultiano, explicitando quais eram suas preocupações centrais a cada momento.

1.1 Por que uma História da Sexualidade?

Conforme praxe estabelecida por parte dos comentadores do filósofo francês, como Billouet (2003) e Castro (2014), pode-se dizer que a obra de Foucault se subdivide em três momentos ou fases. A primeira fase é chamada de arqueologia, que compreende, basicamente, a produção do autor durante a década de 1960, de *História da Loucura* até *Arqueologia do Saber*. Por “arqueologia”, Foucault designa um procedimento investigativo histórico bastante específico e radicalmente diverso da historiografia tradicional. A arqueologia pretende examinar como diferentes épocas produziram diferentes formas de saber, isto é, esquemas que, por um lado, permitem produzir sentido a respeito da realidade a partir de formações discursivas e, por outro, constituem as condições de possibilidade para a articulação de todo discurso. O objeto da arqueologia é, pois, o que Foucault (1999, p. XVIII) denomina de “a priori histórico” ou episteme: o conjunto de regras implícitas que, em um dado momento histórico, subjazem a todos os saberes e formações discursivas vigentes.

A segunda fase, denominada fase genealógica, abrange a produção de Foucault durante os anos 1970. Biograficamente, a fase genealógica tem início com o ingresso do filósofo como docente no *Collège de France* e como ativista integrante do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP). Se a arqueologia tratava das formações dos saberes, a genealogia tem como pedra de toque o estudo do binômio saber-poder. Essa mudança tem origem na constatação fundamental de que toda forma de saber organiza e legitima certos esquemas de exercício de poder, os quais, a seu turno, ao serem colocados em prática, fazem com que aqueles saberes sejam reputados como verdadeiros. De tal modo, saber e poder são, por assim dizer, dois lados da mesma moeda, e participam de um ciclo de retroalimentação e reforço recíproco (CASTRO, 2014).

Também na fase genealógica, surge uma ideia fundamental para os objetivos deste trabalho: a existência de um nexo entre poder e subjetividade, no sentido de que a própria maneira como o sujeito se relaciona com o mundo, com os outros, e



consigo mesmo é um efeito das formas de poder exercidas sobre ele. Contudo, a despeito da extrema relevância desse nexos, as concepções de poder disponíveis na filosofia e nas ciências sociais até então eram insuficientes para dar conta desses processos de subjetivação. Nesse sentido, o trabalho genealógico de Foucault é impulsionado pela necessidade de desenvolver uma abordagem robusta o bastante da categoria poder para explicar as práticas modernas de controle e regulação dos comportamentos, e a maneira como a própria distinção entre o que conta como verdadeiro ou como falso em determinado contexto se deve a práticas sociais perpassadas por relações de poder (CASTRO, 2014).

A terceira e última fase é conhecida como fase ética, e compreende os trabalhos de 1980 até 1984, ano da morte de Foucault. A passagem para essa etapa ocorre quando Foucault se convence de que o exercício do poder e a formação da subjetividade envolvem não apenas práticas de manipulação e controle exercidas externamente por alguns indivíduos sobre outros, mas também práticas pelas quais os indivíduos são incitados a governar a si mesmos. Isso significa dizer que todo esquema de exercício do poder depende de produzir um engajamento ativo do próprio sujeito, fazendo que este participe da produção de sua própria subjetividade. A fim de estudar as práticas pela qual o sujeito regula a si mesmo, Foucault se debruça sobre as práticas éticas vigentes na Grécia Antiga, em Roma e no princípio do Cristianismo. Pertencem a essa fase o segundo, o terceiro e, mais recentemente, o quarto volume da *História da Sexualidade*².

A partir do panorama oferecido, percebe-se que *A Vontade de Saber* se encontra na fase genealógica. Um dos objetivos primordiais da obra é argumentar em favor de uma certa posição sobre que tipo de fenômeno é o poder, ou seja, sustentar uma hipótese específica sobre como o poder se exerce e sobre como esse exercício se relaciona com a formação de subjetividades. Contudo, Foucault acredita que – e este é um ponto crucial –, desde o início da modernidade, o imaginário político-filosófico ocidental encontra-se impregnado por certas noções a respeito do poder que tornam imperceptíveis outras modalidades de poder surgidas justamente nas sociedades modernas. Conforme o que será tratado mais detalhadamente, as formas modernas de poder, para Foucault, caracterizam-se não por serem limitadoras ou opressivas, como funciona a soberania clássica; ao contrário, o que as distingue é justamente o seu caráter produtivo, a sua capacidade de provocar comportamentos, direcionar desejos e construir subjetividades de acordo com padrões estabelecidos (FOUCAULT, 2018).

² Essas obras receberam, respectivamente, os títulos de *O Uso dos Prazeres*, *O Cuidado de Si*, *As Confissões da Carne*, tendo os dois primeiros sido publicados na França em 1984 e o último, em 2018.



Para abrir espaço para tais reflexões, entretanto, é preciso primeiro afastar os pressupostos filosóficos historicamente sedimentados que se interpõem a elas, os quais Foucault reúne, em *A Vontade de Saber*, sob a nomenclatura de “uma representação jurídico-discursiva do poder” (FOUCAULT, 2018, p. 90) – uma representação que trata o poder como algo que se articula sempre por meio de uma discursividade explícita, ao traçar uma demarcação clara entre o certo e errado, o proibido e o permitido, e que se manifesta sob a forma de sanções ou castigos contra as condutas que se afastam daquilo que é normativamente prescrito. Nesse sentido, os exemplos privilegiados para a compreensão do funcionamento do poder seriam o Estado e seus instrumentos de coerção jurídica; e o *modus operandi* exemplar do poder seria o da lei, na medida em que as instituições jurídicas e políticas têm como marca principal a obrigação pela coação: o emprego de uma força centralizada que se sobrepõe a todas as vontades particulares e à qual os indivíduos necessariamente têm de se curvar sob ameaça de punições.

É nesse ponto que a temática da sexualidade entra em cena, pois uma maneira de refutar a representação jurídico-discursiva seria demonstrar a existência de algum fenômeno concreto que ela não fosse capaz de explicar. Ora, o sexo não apenas é um âmbito significativo do exercício do poder, como também é um dos mais importantes de todos, para não dizer o mais importante. Isso porque a esfera da sexualidade tem a ver, por um lado, com a maneira pela qual os indivíduos se relacionam consigo mesmos, com seus próprios corpos e com seus desejos. Por outro lado, diz respeito à maneira pela qual os indivíduos, por meio da procriação, participam da reprodução da espécie e de fenômenos a nível populacional, como a natalidade.

Em outras palavras, o domínio da sexualidade constitui o campo de intersecção e de entrecruzamento de pelo menos dois aspectos centrais da subjetividade humana: o ser humano enquanto ser desejante e enquanto organismo vivo. Se a concepção jurídico-discursiva fosse verdadeira, a análise das práticas sexuais ao longo da história moderna deveria apontar para um regime que se explicaria fundamentalmente pela noção de interdição: uma forma de lidar com o sexo que fosse, em essência, um conjunto de práticas proibitivas, censuradoras, instituidoras de tabus e impiedosamente coercitivas em relação às formas de sexualidade vedadas.

Essa é a posição que Foucault denomina de hipótese repressiva, e que é colocada desde o começo do livro como seu principal objeto de crítica e refutação. O que precisa ficar claro, neste momento, é o caráter estratégico que a crítica à hipótese



repressiva tem do ponto de vista da argumentação do filósofo. Pois, dado o papel central da sexualidade, demonstrar a improcedência da hipótese repressiva, no campo da sexualidade, tem como implicação a refutação de pressupostos centrais da concepção jurídico-discursiva e, desse modo, abre caminho para uma nova concepção que contemple manifestações não negativas (no sentido de repressivas-opressivas) do poder. Como famosamente sintetiza Foucault (2018, p. 97), “no pensamento e na análise política, ainda não cortaram a cabeça do rei”. Portanto, respondendo-se à questão colocada no início desta seção, pode-se afirmar que uma das principais razões que justificam o desenvolvimento de uma história da sexualidade por Foucault é que o sexo funciona como um exemplo privilegiado em que as dimensões não repressivas do poder se revelam de maneira mais explícita.

1.2 O dispositivo da sexualidade e a confissão

130 A partir dessas caracterizações básicas, podemos passar ao exame do argumento histórico desenvolvido no livro. Em linhas gerais, o que *A Vontade de Saber* pretende fazer é derrubar a narrativa amplamente difundida de que, após o século XVII, quando o sexo ainda podia ser praticado de forma livre e desinibida, criou-se um rigoroso regime de moralidade e tabus. Segundo essa narrativa, o sexo teria sido limitado a ambientes e ocasiões cada vez mais restritas, impondo-se um rigor cada vez maior na proibição até mesmo de se falar no assunto. O ponto culminante desse sistema moderno de tabus teria sido a chamada era vitoriana, na qual supostamente consagraram-se a procriação e a intimidade do matrimônio heterossexual como, respectivamente, o único propósito e o único âmbito de exercício legítimo que a sexualidade humana poderia ter (TAYLOR, 2016).

Contra essa perspectiva da história da sexualidade como uma história de crescentes interdições, que nada mais é do que a hipótese repressiva anteriormente aludida na forma de tese historiográfica, Foucault (2018) defende uma tese radicalmente oposta. Basicamente, trata-se da ideia de que, longe de ter sido reprimido ou tornado tabu, o sexo tornou-se objeto privilegiado de administração por parte de um novo conjunto de formações discursivas as mais diversas possíveis, nos campos da pedagogia, da psiquiatria, e da psicanálise, para dar apenas alguns exemplos. Esses discursos – que tomam a forma de circuitos de poder entre mestres e alunos, pais e filhos, médicos e pacientes – não têm por objetivo fazer calar sobre o sexo. Pelo contrário, eles buscam primordialmente fazer com que se fale a respeito dele, colocá-lo em discurso, fazer, enfim, com que os sujeitos tragam à tona, nos



mais ínfimos detalhes, como e a partir de que tipos de desejos tem sido exercida sua atividade sexual.

Esse impulso de esquadramento sobre a sexualidade pode, para Foucault, ter sua origem traçada em direção a uma prática de raízes cristãs: a confissão. Isso porque um traço comum a todas essas novas práticas discursivas de controle do sexo é que todas elas exigem do sujeito sobre a qual se exercem uma manifestação a respeito de si mesmo, de sua verdade, de seu íntimo. Seu mecanismo principal é o de provocarem o indivíduo a pôr em palavras o seu próprio desejo, verbalizar como seu desejo tem se comportado e quais fatores o levaram a se comportar dessa maneira. Nas palavras do autor:

Coloca-se um imperativo: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas. A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. (FOUCAULT, 2018, p. 23)

131 A confissão é, pois, um procedimento discursivo de inspeção permanente sobre afetos, emoções e desejos. E o tipo de controle produzido pela direção confessional da consciência consiste em fazer com que o indivíduo se vincule ao discurso que ele é incitado a produzir sobre si mesmo. Isto é, busca-se, na confissão, fazer com que o sujeito confessante tome esse discurso como a verdade a respeito de quem ele próprio é, e reconheça a necessidade de que tem de ser conduzido por outrem (FOUCAULT, 2018).

Nessa linha de raciocínio, Foucault (2018) ressalta que, mesmo que a confissão sacramental tenha perdido importância nas sociedades modernas do século XVIII em diante, sua estrutura básica foi absorvida por toda uma série de outros campos de saber que passaram a se ocupar justamente da questão do sexo. É dessa maneira, por exemplo, que a psiquiatria moderna passou a demandar dos pais relatos periódicos sobre a manipulação genital por parte de crianças, bem como criou um extenso catálogo de sexualidades perversas e tomou para si a tarefa de vasculhar ostensivamente a sociedade em busca de indivíduos que as manifestassem. É assim também que as ciências demográficas nasceram para se ocupar de realizar levantamentos sobre o número de casais férteis, quantos filhos em média possuem, se praticam sexo de forma considerada regular ou de forma considerada anômala etc.



A todo esse complexo de práticas discursivas sobre o sexo, cuja formação se iniciou no século XVIII, Foucault denomina de dispositivo³ da sexualidade. A tese de *A Vontade de Saber* sobre o funcionamento desse dispositivo é que o seu propósito não é puramente coibir condutas sexuais, mas antes orientar e dirigir quando e como essas condutas podem ser praticadas. Em verdade, Foucault vai além e afirma algo inclusive mais radical: o dispositivo da sexualidade não atua sobre desejos e impulsos pré-existentes, que seriam propriedades naturais dos indivíduos; em vez disso, a dimensão da vida humana que cada pessoa aprende a chamar de sua sexualidade é *constituída* pelo exercício daquelas práticas discursivas (FOUCAULT, 2018).

Assim, os poderes engendrados pelo dispositivo da sexualidade são, ao mesmo tempo, produtivos e normalizadores. Produtivos, porque, em última análise, criam o objeto mesmo de sua regulação. Normalizadores, porque seu funcionamento se define por uma tentativa de ajustar os indivíduos a certos padrões de desejo e de corporeidade definidos como normais e aceitáveis. O diagnóstico de Foucault aponta para a formação histórica de duas tipologias de poder cujo ponto de encontro é dado justamente pelo sexo. Vejamo-las.

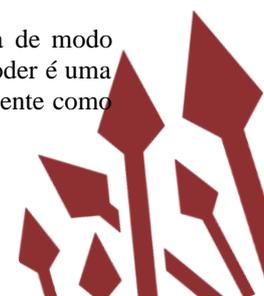
132

2 DO PODER SOBERANO AO BIOPODER

No famoso capítulo de fechamento de *A Vontade de Saber*, que tem como título “Direito de morte e poder sobre a vida”, a tese foucaultiana principal sobre as transformações do poder na modernidade é exposta com singular clareza e didática. Nesse capítulo, Foucault descreve a modernidade ocidental como um período de derrocada do poder soberano e da gênese do chamado biopoder.⁴ A pergunta que norteia, no livro de 1976, a teorização de um poder sobre a vida é: o que explica, nas sociedades modernas, esse impulso de esquadramento a respeito do sexo? Dito de outra maneira: por qual razão, no processo de

³ O sentido exato do termo “dispositivo” em Foucault é objeto de controvérsia entre seus intérpretes e comentadores. Para os fins da presente discussão, pode-se considerar como dispositivo todo esquema de organização de relações sociais com o propósito de formatar a subjetividade dos envolvidos segundo determinado padrão. Há um interessante artigo da autoria de Jeffrey Bussolini (2010) que aborda as diferentes interpretações sobre o conceito de dispositivo em Foucault apresentadas por autores como Agamben, Deleuze e pesquisadores especializados na filosofia foucaultiana.

⁴ Como aponta Lemke (2018), é necessário lembrar que a expressão “biopoder” não é empregada de modo totalmente uniformizado nos textos de Foucault. Em alguns, como é o caso do texto em análise, biopoder é uma categoria que engloba o poder disciplinar e a biopolítica. Em outros escritos, o termo é usado diretamente como sinônimo de biopolítica.



modernização, a sociedade desenvolveu uma necessidade de investigar e gerir as práticas relacionadas ao prazer e à sexualidade?

Dessa maneira, a introdução da noção de biopoder é seu argumento para afastar em definitivo, simultaneamente, a hipótese repressiva em relação à sexualidade e a representação jurídico-discursiva em relação ao poder em geral. Se é verdade que o regime de controle do sexo dos séculos XVII a XIX foi de incitação à verbalização e de gestão das práticas sexuais, não há que se atribuir à repressão um papel primordial, embora ela de fato possa figurar como um recurso acessório no interior daquele dispositivo. Pois Foucault (2018) não nega a existência da repressão como uma faceta do poder, mas tão somente que ela deva ter centralidade na explicação dos processos contemporâneos de subjetivação.

Ao contrário do poder soberano, existente desde a idade clássica e que tem como maior manifestação o poder de provocar a morte, o biopoder se caracteriza por promover e organizar formas de viver. Não se tratava mais de suprimir ou de aniquilar a vida, mas de tomar os processos vitais como objetos a serem mensurados, geridos e administrados. Foucault sintetiza essa mudança histórica dizendo que o poder soberano tinha sua essência definida pela máxima “fazer morrer e deixar viver”, ao passo que o biopoder se caracteriza por ser “um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 202).

Esse poder sobre a vida, para Foucault, manifesta-se fundamentalmente de duas maneiras. A primeira delas, já analisada detalhadamente sobretudo em *Vigiar e Punir* e nos cursos do *Collège de France* da primeira metade da década de 1970, consiste em uma certa técnica de dispor os indivíduos no espaço, submetê-los a determinadas tarefas e a atividades repetitivas, e administrar o uso do tempo. Seu propósito último é o de promover um treinamento e um adestramento do corpo, de modo a ajustá-lo a um padrão de produtividade. Busca-se uniformizar os comportamentos dos indivíduos e torná-los obedientes.

Dado que esse poder se exerce muito mais pela construção de hábitos e correção de condutas do que propriamente pelo castigo, Foucault o denomina de poder disciplinar, ou simplesmente de disciplinas. Este se encontra na base de uma diversidade de instituições, como o hospital, a escola, o quartel, a fábrica e a prisão. A disciplina, então, “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1997, p. 127). Isso explica por que o poder disciplinar foi um recurso não apenas importante, mas realmente imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que, por meio dele, foi



possível condicionar massivamente corpos para a realização de atividades laborais produtivas.

A segunda manifestação do biopoder é o que ficou conhecido como biopolítica. Conforme o nome sugere, trata-se aqui de uma política sobre a vida, ou seja, de uma política para a qual a vida é o objeto central de administração. Se o poder disciplinar se exerce primordialmente sobre o corpo individualizado, a biopolítica atua não sobre cada pessoa singularmente, mas sobre populações inteiras e sobre os fenômenos que lhe são próprios, como natalidade, mortalidade, propagação de doenças, entre outros. Por meio do controle estatístico, a biopolítica se constitui como uma tecnologia de poder macroscópica, que se ocupa de modular cada um desses processos, ordenando-os de acordo com parâmetros reputados como desejáveis (FOUCAULT, 2018).

A principal ruptura realizada pelo surgimento da biopolítica é que a população em si é convertida em objeto de intervenção. Mais especificamente, trata-se de uma nova relação entre Estado e população, em que esta é tomada como uma massa biológica composta por uma série de processos vitais, relativos à saúde e reprodução da população, que podem ser dirigidos com vista a este ou àquele propósito a depender da situação. A produção de um contingente apto ao trabalho, a gestão dos economicamente ativos e o monitoramento da propagação de doenças são exemplos clássicos de fenômenos biopolíticos (LEMKE, 2018).

À luz desse panorama do poder disciplinar e da biopolítica, a importância que o saber sobre o sexo historicamente adquiriu se explica completamente. Pois já que as sociedades modernas se caracterizam pela centralidade que é atribuída à administração da vida, não poderia deixar de ser a sexualidade um dos alvos privilegiados desse biopoder. Como afirma Foucault, o sexo

Encontra-se na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação, distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade [...]; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. (FOUCAULT, 2018, p. 157)

Nesse sentido, a conjugação entre poder disciplinar e biopolítica cria uma rede de



discursividades que têm como principal objeto de intervenção o corpo, aspecto esse que repercute na análise da colateralidade entre poder e resistência, como será abordado mais adiante.

Portanto, se durante a modernidade houve uma ruptura a partir da qual o corpo da mulher, as manifestações sexuais nas crianças, as formas de sexo não heteronormativas e o ritmo de crescimento da população foram transformados em objetos de investigação e gerenciamento permanente, isso se deu porque, nessa configuração social, cada um desses elementos passou a ser considerado como um aspecto central da reprodução e otimização das forças vitais. Por trás de toda essa “vontade de saber” sobre o sexo, o que se esconde é uma forma de organização social que só pode se manter na medida em que ela sustenta uma frágil articulação entre, de um lado, um discurso que propagandeia liberdade ou autonomia e, do outro, um conjunto de práticas sociais que minuciosamente controlam aspectos íntimos da vida humana.

3 A CONCEPÇÃO FOUCAULTINA *VERSUS* CONCEPÇÕES TRADICIONAIS

135

Com as explicações apresentadas até aqui, já se tem uma imagem clara o suficiente de qual era o projeto foucaultiano da elaboração de uma analítica do poder em *A Vontade de Saber*. A partir disso ainda não se definiu, contudo, quais são as razões pelas quais se deveria dar preferência à perspectiva de Foucault em relação a outras perspectivas a respeito do poder, seja no que concerne à análise de relações de dominação concretas na sociedade, seja no que se refere à busca de vias para superá-las. Nesse sentido, o restante deste artigo busca mostrar porque a concepção de poder elaborada por Foucault é mais sofisticada tanto no aspecto teórico-descritivo, para fins de explicar a estrutura de relações de poder concretas, quanto no aspecto prático-político, para fins de resistência e emancipação contra as formas de poder existentes. Esta seção cuidará do primeiro desses aspectos, ao passo que o segundo será abordado na seção subsequente.

Demonstrar a vantagem teórico-descritiva da concepção foucaultiana significa demonstrar sua capacidade de elucidar aspectos das relações de poder que escapam a outras concepções. De acordo com Richard Lynch (2018), é possível distinguir pelo menos dois níveis diferentes em que os argumentos de Foucault atuam: o empírico e o teórico. Em um nível empírico, a genealogia foucaultiana cria conceitos para organizar



dados retirados de um exame histórico de práticas sociais, de onde derivam as categorias de poder soberano e biopoder abordadas anteriormente. Porém, para Lynch, as rupturas mais importantes de Foucault com a tradição filosófica que o precede estão localizadas no nível teórico, que colige as características gerais que o filósofo francês imputa ao poder em suas versões de tipo disciplinar ou biopolítico (LYNCH, 2018).

Uma dessas rupturas, regularmente enfatizada pela literatura sobre o assunto, é o modo como esse pensador atribui centralidade às manifestações produtivas do poder muito mais do que às suas manifestações proibitivas (BILLOUET, 2003; CASTRO, 2014; LEMKE, 2018), ou seja, o modo como, em Foucault, o poder é caracterizado não por limitar o campo de ação do sujeito, mas antes por colocar o sujeito em movimento. O poder produz comportamentos, modela condutas e, no limite, é o próprio fator que dá origem à subjetividade. De fato, no quarto capítulo de *A Vontade de Saber*, para desenvolver hipóteses alternativas sobre o poder em suas variantes modernas, Foucault propõe cinco pontos que contrastam com a representação jurídico-discursiva. Desses cinco, dois merecem, aqui, especial destaque. O primeiro é aquele em que Foucault (2018, p. 102) diz que o poder “não é algo que se adquire, se arrebate ou se compartilha”. O segundo é aquele no qual afirma que as relações de poder “não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (...) mas lhe são imanentes” (FOUCAULT, 2018, p. 102).

Desse par de proposições derivam duas teses. De um lado, a tese de que o poder não é algo que seja monopolizado ou possuído por certos indivíduos, ao passo que outros dele são desprovidos. Em vez disso, o poder é de natureza perversiva: atravessa e atinge, de maneiras específicas, todos aqueles que participam de determinada relação. Não há aqueles que têm poder e aqueles que não o têm, porque o poder não se possui, somente se exerce. Logo, o poder é sempre difuso. Do outro lado, a tese de que o poder não é algo que possa estar presente ou ausente em uma relação, mas antes é um elemento constitutivo de toda e qualquer relação, dado que toda relação social sempre envolve alguma estratégia de organização das condutas daqueles que a integram. Logo, o poder é sempre relacional.

É no curso *Em Defesa da Sociedade*, ministrado no *Collège de France* no mesmo ano de lançamento de *A Vontade de Saber*, que essas ideias são diretamente contrapostas a noções altamente enraizadas na história da filosofia política. Com efeito, nas considerações introdutórias durante a primeira aula desse curso, Foucault (2010) vai além da caracterização



genérica sobre a representação jurídico-discursiva encontrada no livro de 1976 e aponta para pelo menos duas concepções mais concretas às quais seu pensamento se contrapõe.

A primeira delas é, para Foucault (2010), uma premissa fundamental do liberalismo enquanto ideologia política desde sua origem, mas que pode ser encontrada inclusive em autores não liberais. Trata-se da concepção segundo a qual ter poder é ter a capacidade de determinar a conduta de outrem mesmo contra a sua vontade. Essa ideia, cuja formulação exemplar, diz Foucault (2010), pode ser vista no pensamento político de autores como Hobbes, Locke, Weber e outros, foi responsável pelo estabelecimento, no plano das ideias políticas, de uma estreita aproximação entre a noção de poder e a noção de coerção.

A segunda, relativamente diferente e mais recente, é aquela cuja difusão se deveu sobremaneira à influência da psicanálise. Ela corresponde ao discurso, já aludido anteriormente neste texto, que promove uma identificação completa entre poder e repressão. Ou seja, a maneira primordial de funcionamento do poder não é forçar os indivíduos diretamente a se comportarem contra suas vontades mediante violência, mas providenciar para que suas vontades deixem de se manifestar, reprimi-las nos aspectos em que elas podem ser transgressoras dos padrões de conduta estabelecidos (FOUCAULT, 2010). Importantes teóricos que abraçaram a concepção de poder como repressão foram Wilhelm Reich e Herbert Marcuse: este, em sua tese de que a exploração do trabalho no sistema capitalista depende diretamente de um regime de repressão da libido; aquele, em sua tese a respeito do papel da repressão sexual na economia libidinal do fascismo.

Da comparação dessas duas concepções paradigmáticas com a de Foucault, percebemos a existência de um grande contraste justamente quanto aos dois aspectos destacados. Afirmar que o poder opera por coação da conduta ou por repressão da vontade é afirmar que é possível, dentro de uma situação prática, distinguir entre aqueles sujeitos que detêm o poder (a faculdade de coagir ou de reprimir) e aqueles que não o detêm. O poder, assim, é concebido como algo que se concentra nas mãos de certos grupos de indivíduos, mas não de outros; algo que atinge alguns indivíduos, mas não atinge outros. No mesmo sentido, afirmar que o poder coage ou reprime é afirmar que ele opera como uma espécie de recurso ou instrumento, que pode ser acionado ou empregado segundo a vontade daqueles que o possuem; algo que existe no interior de uma relação na forma de um artifício a serviço de quem detém a posição de dominador, mas não como um elemento constitutivo da própria estrutura da relação.



Em síntese, a distinção entre a concepção foucaultiana e as concepções tradicionais destacadas por Foucault (coação da conduta e repressão da vontade) pode ser colocada nos seguintes termos. Para as concepções tradicionais, o poder sempre se exerce de maneira concentrada e instrumental, já que é exclusivo de um rol seletivo de indivíduos e é mobilizado segundo seus desígnios. Para Foucault, por outro lado, o poder sempre se exerce de maneira difusa e relacional, já que invariavelmente atravessa todos os que participam de uma dada relação e se constitui como a forma mesma com que a estrutura da relação organiza a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Poder diz respeito a circuitos de relacionamento em que sujeitos influenciam reciprocamente – porém em graus variados – as condutas uns dos outros (FOUCAULT, 2018).

Amy Allen (2008), discutindo a utilidade de Foucault para a Teoria Crítica de matriz frankfurtiana, aponta para o fato de que a analítica do poder encontrada na fase genealógica da obra do francês é interessante porque descreve as relações de dominação de maneira mais precisa do que outras teorias. Ela destaca que Foucault permite observar como as relações de poder afetam ao mesmo tempo dominados e dominadores. Para além dessa consideração, contudo, existe uma razão que parece ainda mais forte para considerar esse modelo como melhor que seus concorrentes. Trata-se do fato de que do modelo de Foucault decorre uma interessante constatação: em toda relação de poder que se estrutura como estado de dominação, aqueles que ocupam a posição de dominador jamais possuem controle completo sobre os fatores que lhes atribuem essa condição.

Dito de outra maneira: toda relação social marcada pela dominação sempre se estrutura em torno de certos arranjos e circunstâncias que são indispensáveis para constituir o dominador enquanto tal, mas que, todavia, estão para além do seu âmbito de controle. Em entrevista concedida em 1984 com o título original de *L'éthique du Souci de Soi Comme Pratique de la Liberté*, pouco antes de seu falecimento, Foucault faz um comentário sucinto, porém crucial, sobre a distinção entre poder e dominação. Mais especificamente, ele diz que um estado de dominação é uma situação em que “as relações de poder, em vez de serem móveis e de permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que as modifique, encontram-se bloqueadas e enrijecidas” (FOUCAULT, 1994, pp. 710-711, tradução livre).⁵

A despeito de essa declaração jamais ter sido posteriormente desenvolvida em suas obras, ela permite extrair a conclusão fundamental de que, para Foucault, poder e dominação não se confundem. Em um importante ensaio dos anos 1980 intitulado *O Sujeito e*

⁵ No original: “les relations de pouvoir, au lieu d'être mobiles et de permettre aux différents partenaires une stratégie qui les modifie, se trouvent bloquées et figées”.



o *Poder*, Foucault (1995) chega a afirmar que as lutas sociais relativas à dominação constituem uma tipologia específica de luta que se distingue de outras que têm como cerne a exploração e a subjetivação. Então, nada haveria de contraditório em se falar de uma relação de poder não marcada pela dominação, ou mesmo de uma relação de poder em que os sujeitos envolvidos fossem livres em algum sentido específico de liberdade. A dominação não é senão uma das configurações específicas que o poder pode assumir, identificada pela rigidez e falta de mobilidade – uma configuração em que os sujeitos envolvidos ficam aprisionados a um lócus específico.

Ocorre que essa inflexibilidade que define a dominação não é determinada unilateralmente pelos sujeitos que se colocam como dominadores, mas sim é um efeito que decorre quase que impessoalmente da estrutura da relação em si. De fato, posto que o poder é sempre pervasivo e nunca é efetivamente possuído por ninguém, o lugar da dominação no interior de uma relação social é definido a partir de estratégias que formatam a subjetividade inclusive daqueles que o ocupam. Em outros termos, a subjetividade de quem exerce um papel de dominação jamais é uma subjetividade livre; é, pois, sempre modelada pelas próprias relações de poder que lhe conferem vantagens e privilégios.

139

Para um interessante exemplo que sustenta esse argumento, é preciso ler atentamente as páginas de *A Vontade de Saber* que Foucault dedica a um esclarecimento histórico. Os controles disciplinares e biopolíticos estabelecidos pelo dispositivo da sexualidade entraram em vigor em primeiro lugar – e, diga-se de passagem, mais rigorosamente – entre a própria classe burguesa e só depois tiveram seu alcance estendido para as classes pobres urbanas. Como explica o autor francês, um exame histórico cuidadoso, seja das práticas psiquiátricas em torno da histeria e do onanismo, seja do esquadrinhamento das dinâmicas de crescimento populacional, revela que todas essas tendências começaram a ser implementadas primeiro dentro dos grupos economicamente mais abastados. A esse respeito, é significativa a seguinte passagem:

Foi na família “burguesa” ou “aristocrática” que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada, primeiramente, para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. Foi ela o primeiro lugar da psiquiatrização do sexo. Foi quem entrou, antes de todas, em eretismo sexual, dando-se a medos, inventando receitas, pedindo o socorro das técnicas científicas, suscitando, a fim de repeti-los para si mesma, discursos inumeráveis. (FOUCAULT, 2018, p. 131)



Historicamente, isso significa dizer que o dispositivo da sexualidade só pôde ser colocado em prática como forma de gestão da vida das classes mais baixas após ter sido gestado e maturado em circulação dentro da própria classe burguesa, classe esta que era, aliás, detentora de privilégios cuja manutenção dependeu fortemente do dispositivo da sexualidade. Então, a imposição de controles sobre a vida dos grupos economicamente mais desfavorecidos teve como contrapartida o estabelecimento de formas correlacionadas desses mesmos controles sobre os membros da classe superior. Em outras palavras, a formação das disciplinas e da biopolítica no século XVIII exigiu que a própria classe dominante fosse a primeira a se submeter a esquemas de normalização amplamente aplicados às classes mais pobres em momento posterior. Seria correto afirmar até mesmo que a hegemonia dessa classe não poderia ter se constituído sem esse processo de autoimposição de esquemas de normalização (FOUCAULT, 2018).

Ocorre que todos esses fenômenos, que apontam para a multilateralidade do biopoder, passariam ao largo de ambas as concepções tradicionais discutidas acima. Isso porque o fenômeno observado nesse momento histórico de modo algum pode ser reduzido a algo da ordem da coerção ou mesmo da repressão. Pois o que estava em jogo era menos a imposição de sanções sobre sexualidades reprovadas do que a instauração, por meio do biopoder, de toda uma nova economia libidinal, cuidadosamente arquitetada para o capitalismo, de uma economia libidinal que, para fazer nascer o ideal burguês de família, casamento e procriação, precisou normalizar a própria classe burguesa em ascensão (FOUCAULT, 2018).

Em síntese, a burguesia primeiro teve de ser normalizada a fim de que o lugar de dominação por ela ocupado pudesse se constituir (FOUCAULT, 2018). Fenômeno complexo, impossível de ser explicado sem se ter no horizonte a capacidade do poder de produzir em vez de apenas coagir ou reprimir. E nenhuma das duas concepções tradicionais tratadas é capaz de comportar a ideia de que o poder produz efeitos sobre todos os polos de qualquer relação, ainda que, obviamente, esses efeitos não sejam idênticos, muito menos simétricos, comparando-se dominadores e dominados.

À luz desses argumentos, torna-se evidente que determinados aspectos intrínsecos às relações sociais de dominação só podem ser trazidos à tona a partir do momento que se abraça uma concepção de poder que não seja unilateral. Ocorre que a unilateralidade é exatamente consequência direta de qualquer abordagem concentrada e instrumental, nos termos explicitados acima. Nesse sentido, para uma descrição mais completa e acurada dos fenômenos relacionados à dominação, como no exemplo que acaba de ser tratado,



percebe-se que há boas razões para se adotar a lente foucaultiana em detrimento de outras alternativas.

4 RESISTÊNCIA, AGÊNCIA E EMANCIPAÇÃO SEM UTOPIA

Isso nos leva à dimensão político-prática da problemática em análise. Essa discussão diz respeito àquilo que, no vocabulário filosófico em língua inglesa, costuma-se chamar de “agência” (*agency*), ou seja, a capacidade que um sujeito tem de agir e promover mudanças tanto sobre o mundo ao seu redor quanto sobre si mesmo. Qualquer teorização orientada à busca da superação de estados de dominação social necessariamente tem de se defrontar com a questão da agência, a fim de esclarecer que possibilidades, dentro de um certo contexto sócio-histórico, estão disponíveis aos sujeitos para que resistam contra as formas de dominação que lhes são impostas.

4.1 Por uma noção imanente de resistência

141

Em se tratando de Foucault e suas hipóteses sobre o biopoder e a formação da subjetividade, as problemáticas da agência e da resistência são absolutamente inescapáveis. Pois mostrar que a analítica do poder de Foucault é mais rica no que se refere à descrição de relações de dominação concretas ainda não significa, por si só, que ela seja a mais frutífera para revelar possibilidades de sua superação. Isso também não implica, de pronto, que nela se possam encontrar parâmetros bem definidos a partir dos quais seria possível julgar uma certa configuração das relações de poder como melhor ou pior que outras.

Nessa linha de raciocínio, vários autores e autoras se posicionaram no sentido de que os diagnósticos foucaultianos sobre o poder podem ser inovadores, mas ao mesmo tempo são bastante sombrios no que se refere às chances transformação do *status quo*. Para Nancy Fraser, por exemplo, o pensamento de Foucault é empiricamente interessante, porém normativamente desorientado. Em importante artigo, ela reconhece que na obra de Foucault encontram-se descobertas empíricas bastante pertinentes sobre a soberania, o controle do corpo e a administração da vida, mas nenhum horizonte normativo sobre como essas novas formas de poder são ou podem ser reputadas como ilegítimas (FRASER, 1981).

Mais contundente ainda, Seyla Benhabib acusa Foucault de pertencer a uma



corrente de pensamento que tende a reduzir o sujeito a uma simples formação discursiva, um mero produto do poder. Por essa mesma razão, continua ela, não se poderia falar em resistência ou liberdade dentro de seu pensamento a não ser como utopias (BENHABIB, 2018).

Pelo que se pode perceber, a problemática gira em torno do que poderíamos chamar aqui de um suposto “pessimismo foucaultiano”, isto é, uma leitura específica da obra de Foucault, de acordo com a qual suas proposições sobre o poder, se verdadeiras, resultam na conclusão de que o indivíduo é completamente determinado por fatores alheios à sua vontade e é impotente para mudá-los. Por certo que a investigação genealógica foucaultiana produz uma noção de indivíduo bastante peculiar, cuja melhor exemplificação talvez seja a seguinte passagem:

Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria a aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submetteria os indivíduos ou os aquebrantaria. Na realidade, o que faz com que um corpo, gestos, discursos, sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é um *vis-à-vis* do poder; é, eu acho, um dos seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui. (FOUCAULT, 2010, p. 26)

142

Sob essa ótica, indagam os críticos de Foucault, seria possível sustentar que o indivíduo é um efeito do poder sem recair na desalentadora conclusão de que o poder o determina? O problema é bastante grave. Se a resposta a essa pergunta for negativa, isso implica que a proposta de Foucault esvazia completamente a agência humana e, no limite, torna a ideia de emancipação uma utopia em si mesma. Essa é uma problemática altamente complexa. Um ponto de partida interessante para enfrentá-la é o trecho *A Vontade de Saber* em que a importância da noção de resistência é esboçada. Ei-lo:

Lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos “no” poder e que dele não se escapa, que não existe, em relação a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? (...) Isso equivaleria a desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a pressão. Esses pontos de resistência



estão presentes em toda a rede de poder. (FOUCAULT, 2018, p. 104)

Essa importantíssima passagem afirma uma tese: a resistência é um fenômeno observável em toda manifestação do poder. Todavia, como bem observa Chlöe Taylor, o sentido preciso da vinculação feita por Foucault entre poder e resistência nessa passagem não é completamente explícito, principalmente em função da ausência de exemplos práticos que demonstrem o que se tem em vista ao se falar de “resistência”. Essa é uma indeterminação que em parte se deve aos fins exclusivamente introdutórios que o livro originalmente tinha. Mas o posterior esclarecimento que deveria ter sido feito nos livros subsequentes jamais o foi, em virtude de o restante das obras previstas para compor o projeto da *História da Sexualidade* nunca ter sido redigido segundo o planejamento original do autor (TAYLOR, 2016).

Devido a essa circunstância, a afirmação sobre a indissociabilidade entre poder e resistência está aberta a mais de uma interpretação. Seguindo uma linha de interpretação aventada por Taylor em sua monografia sobre *A Vontade de Saber*, a melhor forma de entender o que disse Foucault parece ser não como a alegação de que, onde houver poder, haverá indivíduos com consciência e vontade de se voltar contra ele; mas antes como a alegação de que toda manifestação do poder inevitavelmente produz tendências contrárias ao tipo de normalização que pretende realizar (TAYLOR, 2016).

Tal hipótese interpretativa é corroborada pelo fato de permitir articular coerentemente o teor das duas citações feitas, sobre a natureza do indivíduo e o elo poder-resistência. Tomar a resistência como imanente ao poder equivale a afirmar que o poder é sempre plástico, maleável, aberto a mudanças, passível de ser reconfigurado, voltado contra si mesmo. O nexo de inseparabilidade entre resistência e poder tem como consequência o desvelamento de um caráter ambivalente deste último. Pois, se o poder é não somente acompanhado pela resistência, como também constituído por ela, isso quer dizer que ele é capaz de funcionar tanto como força conservadora do *status quo* quanto como força transformadora em relação a ele. Nessa linha de raciocínio, dizer que a resistência é a outra face necessária de todo e qualquer poder equivale a dizer que toda manifestação do poder, ao mesmo tempo que gera normalização, gera também, dialeticamente, elementos que são capazes de subvertê-la.

Em termos de emancipação social, entendida como a superação de relações hierárquicas de dominação, seria errôneo afirmar que Foucault defende uma posição cética. Em vez disso, o que se pode extrair de sua tese do vínculo entre poder e resistência é aquilo que Amy Allen (2015, p. 121) chama de “emancipação sem utopia”. Isto é, uma teoria da emancipação que não é orientada pela busca de um ideal de



sociedade isenta de poder. A emancipação sem utopia abandona a dicotomia estanque entre relações sociais que envolvem poder (e que deveriam ser combatidas) e aquelas que são, por assim dizer, “puras”, no sentido de não envolverem qualquer forma de poder, e por isso deveriam ser fomentadas.

Aliás, ainda segundo Allen, essa é a armadilha em que têm caído importantes pensadores e pensadoras de matriz frankfurtiana para quem a questão da emancipação social é muito cara, a exemplo de Habermas e Honneth. Para ela, um traço comum às abordagens desses teóricos é o fato de caracterizarem a emancipação como o resultado de formas de interação humana que seriam especiais por não envolverem poder, seja pelo viés da discursividade racional, como em Habermas (1996), seja pelo viés da liberdade social, como em Honneth (2014). Allen afirma que esse tipo de pensamento é refém de uma visão a respeito da história como processo de avanço moral contínuo, e crê que Foucault, por considerar a resistência imanente ao poder, fornece premissas úteis para a superação desse impasse (ALLEN, 2015).

4.2 A sexualidade como campo político de resistência

144

A discussão apresentada no tópico anterior suscitou diferentes conceitos como poder, resistência, dominação e emancipação. O viés antiutópico das premissas foucaultianas, que acaba de ser exposto, permite demonstrar como todos eles se relacionam entre si. Toda relação de poder atua sobre a subjetividade de quem dela faz parte. Algumas dessas relações, contudo, chamadas de estado de dominação, destacam-se por aprisionar certos sujeitos a posições de submissão e subordinação. Resistir é sempre uma possibilidade intrínseca ao próprio poder; mas o exercício da resistência não consiste na busca por colocar-se fora do poder, e sim em agir sobre as estratégias de poder existentes e demovê-las de seu propósito original. A emancipação, definida como o desmascaramento de estados de dominação, ocorre quando práticas de resistência logram converter uma relação de poder rígida em uma relação não rígida.

Na interface do âmbito teórico com o âmbito prático, uma das implicações mais importantes dessa articulação conceitual para o campo das lutas políticas concretas está no caráter eminentemente político que o pensamento genealógico foucaultiano atribui às noções de sexualidade e de corpo (LEMKE, 2018; TAYLOR, 2016). Com efeito, de acordo com as explicações dadas nas seções anteriores, o corpo, nos



desdobramentos do dispositivo da sexualidade, é duplamente visado pelo poder: por um lado, é domesticado pelo poder disciplinar para ser uma unidade capaz de desempenhos produtivos; por outro, tem suas forças vitais administradas e gerenciadas pela biopolítica. Nesse sentido, Foucault (1979, p. 80) é categórico ao afirmar que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”.

Contemporaneamente, é especialmente significativo que importante parcela das lutas sociais – notadamente aquelas centradas em questões pertinentes à identidade de gênero e à orientação sexual – tome justamente a forma de resistências contra padrões de normalização relativos ao corpo, como o binarismo de gênero e a patologização de sexualidades que se afastam da heteronormatividade, por exemplo (PRECIADO, 2014). No tocante ao dispositivo da sexualidade, desde um ponto de vista foucaultiano, resistir significa recusar o regime de controle do desejo engendrado pelas tecnologias disciplinares e biopolíticas em favor da experimentação de modos alternativos de prazer sexual, de relação com o próprio corpo e com o corpo do outro.

Um exemplo interessante em que se pode observar como uma estratégia de resistência centrada no sexo e no corpo pode derivar da estrutura mesma de uma dada relação de poder é a questão do uso político da categoria de “homossexual”. É célebre a afirmação de Foucault, em *A Vontade de Saber*, de que a noção de homossexualidade teria sido introduzida apenas no século XIX, no âmbito da psiquiatria, com o objetivo de mapear práticas sexuais consideradas deletérias para o equilíbrio demográfico, e por isso precisariam ser vigiadas, o que Foucault sintetiza provocativamente ao escrever “agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2018, p. 48). Contudo, Foucault também demonstra uma certa ambivalência dessa estratégia de poder ao destacar que

O aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e hermafroditismo psíquico permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas também possibilitou a constituição de um discurso de reação: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade e “naturalidade”, e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2018, p. 111)

Em entrevista cujo tema era “sexo, poder e a política de identidade”, de 1984, Foucault utiliza esse exemplo para fazer o seguinte comentário sobre a



natureza das resistências, que complementa e aprofunda o argumento da citação anterior:

A resistência sempre se apoia, na verdade, sobre a situação que ela combate. No movimento homossexual, por exemplo, a definição médica de homossexualidade constituiu uma ferramenta muito importante para o combate à opressão da qual a homossexualidade era vítima no fim do século XIX e início do século XX. Essa medicalização, que era um meio de opressão, foi sempre também um instrumento de resistência, já que se podia dizer “se nós somos doentes, então por que nos condenam? Por que nos desprezam?” (FOUCAULT, 1994, p. 741, tradução livre)⁶

Combinadas, essas duas passagens demonstram a existência de um mecanismo histórico de resistência que opera do seguinte modo. Os indivíduos assumem uma certa identidade que lhes é imputada, mas transformam o seu significado. Se inicialmente o conceito de homossexualidade compunha uma estratégia voltada a gerir as vidas e os corpos de um grupo específico de pessoas, ele é apropriado por esses sujeitos e convertido em um aparato simbólico que lhes permite se articular coletivamente e apresentar reivindicações. Para os indivíduos rotulados de homossexuais, aceitar essa classificação é, por um lado, um modo de assujeitá-los, mas também pode ser, por outro, uma identidade comum em torno da qual um movimento político é capaz de se formar.

146

Para citar apenas um outro exemplo, em se tratando de acontecimentos históricos e sua relação com a discussão de Foucault sobre as resistências, destaca-se o movimento político de maio de 1968. Do ponto de vista historiográfico, tratou-se, em síntese, de um evento diversificado que envolveu estudantes, artistas, trabalhadores, profissionais liberais, intelectuais e outras categorias e que teve início com manifestações de estudantes contra o regime governamental da chamada Quinta República Francesa, presidida por Charles de Gaulle. A esse respeito, Didier Eribon comenta que “no pensamento de Foucault instaurou-se um corte após maio de 68, seu trabalho mudou, politizou-se” (ERIBON, 1995, p. 107, tradução livre)⁷.

Com efeito, a afinidade desse evento com a noção foucaultiana de resistência vem do fato de que, à revelia das revoluções socialistas que o mundo havia conhecido até então, Maio de 1968 não tinha um objetivo claro de tomada de controle do aparato estatal para a realização

⁶ No original: “*La résistance prend toujours appui, en réalité, sur la situation qu'elle combat. Dans le mouvement homosexuel, par exemple, la définition médicale de l'homosexualité a constitué un outil très important pour combattre l'oppression dont était victime l'homosexualité à la fin du xixe siècle et au début du XXe. Cette médicalisation, qui était un moyen d'oppression, a toujours été aussi un instrument de résistance, puisque les gens pouvaient dire : Si nous sommes malades, alors pourquoi nous condamnez-vous, pourquoi nous méprisez-vous?*”.

⁷ No original: “*en el pensamiento de Foucault se ha instaurado un corte después de 1968, su trabajo ha cambiado, se ha politizado*”.



desta ou daquela agenda política específica, tampouco se definia pela crença em um único sujeito histórico transformador, como a classe trabalhadora. Em vez disso, os levantes em maio de 1968 na França foram caracterizados menos pela proposição explícita de uma nova ordem social do que por uma atitude de questionamento e rejeição radical dos padrões de normalidade cultivados pela sociedade francesa. Em outras palavras, o que define maio de 68 é justamente seu ímpeto rebelde e disruptivo, sua insurgência para abrir espaço para outras formas de existência que se colocam à margem da docilidade forjada pelas normas sociais.

Consoante a essa perspectiva, Foucault afirmou que “é certo que, sem Maio de 68, eu jamais teria feito o que fiz a propósito da prisão, da delinquência, da sexualidade” (FOUCAULT, 1994, p. 81, tradução livre)⁸. Desde um ponto de vista foucaultiano, em vez de meramente um conjunto de protestos originalmente estudantis contra o governo francês da época, vê-se, em Maio de 1968, um foco de concentração de uma série de lutas sociais – seja contra exploração do trabalho, seja contra padrões impostos de sexualidade, seja contra a centralização do poder político – cujo sentido pode ser mais bem compreendido como a busca de formas de subjetividade diferentes daquelas que os dispositivos de poder vigentes (incluindo-se o da sexualidade) pretendiam produzir, isto é, a busca por novas subjetividades não definidas por ideais de produtividade laboral, sujeição às autoridades políticas e afetividade heteronormativa.

Levada às últimas consequências, portanto, a argumentação de Foucault sobre as resistências permite derivar uma substancial contribuição para a elaboração de estratégias políticas contra-hegemônicas: a ideia de que as mesmas formações discursivas empregadas pelo dispositivo da sexualidade para subjugar possuem o potencial imanente de ser usadas como arma contra ele. Nos quadros do biopoder descritos anteriormente, a distinção entre homossexual e heterossexual tinha como funcionalidade classificar, segregar e eliminar certas condutas sexuais, assim como a distinção entre cidadãos ordeiros e delinquentes, ou entre sãos e loucos. Entretanto, os sujeitos rotulados como perversos, abjetos, anormais encontram nesses exatos esquemas discursivos uma possibilidade de reação, usando-os como meio de trazer visibilidade para si e de tornar inteligíveis suas demandas. A partir do momento em que tal estratégia de resistência lograsse desconstituir a hierarquia entre heterossexualidade e homossexualidade, poder-se-ia dizer que houve emancipação.

Essa constatação, de que a resistência reside na reversibilidade do poder, foi também o

⁸ No original: “Il est certain que, sans Mai 68, je n’aurais jamais fait ce que j’ai fait, à propos de la prison, de la délinquance, de la sexualité”.



que permitiu a Foucault apontar a inoperância de certas formas de luta social como os movimentos pela liberação sexual. Ao definir o ideal normativo a ser alcançado como a extinção das convenções sociais que constroem a manifestação da sexualidade de certas pessoas, tal política de liberação é duplamente falha. Por um lado, ignora a natureza discursiva da sexualidade por considerá-la um atributo natural e pré-cultural do corpo. Por outro, no que se refere à resistência, fracassa em perceber como a reprodução do discurso da repressão na realidade favorece o encobrimento do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2018).

A genealogia do poder de Foucault, então, exige menos um abandono das ideias de agência, liberdade e emancipação do que uma autocrítica do tratamento que a filosofia, desde a modernidade, tem dado a esses conceitos. À diferença do que ocorre em modelos teóricos tradicionais, as premissas do modelo foucaultiano implicam que a relação entre o poder e a agência não é de tipo antitético, como se agência ou liberdade significassem a extinção do poder. Há, em vez disso, uma substituição dessa ideia pela ideia de que agência mesma é, assim como a subjetividade de modo geral, um dos efeitos do poder. Ou seja, só se pode falar em agência enquanto conjunto de possibilidades inscritas nas (ao mesmo tempo que produzidas pelas) próprias táticas e estratégias que constituem o poder em um contexto específico (CASTELO BRANCO, 2011; ORELLANA, 2012).

Portanto, contrapondo novamente a analítica do poder foucaultiana às concepções tradicionais debatidas, desta vez quanto ao aspecto da resistência, as vantagens daquela em relação a estas despontam uma vez mais. Se, como querem aquelas concepções, o poder é exclusividade de algumas pessoas, torna-se difícil explicar como indivíduos dominados podem ter qualquer alternativa de resistência. É, pois, contra elas que a acusação de esvaziamento da agência é cabível, não contra Foucault. Ademais, as perspectivas de emancipação oferecidas por aquelas concepções, quando há, culminam ou com o ideal da conquista do poder pelos que não o têm (o que, outra vez, pressupõe que o poder possa ser conquistado), ou com o ideal utópico de uma subjetividade livre de forças externas que a constroem. Ambos os problemas, pelas razões apontadas, são evitados com sucesso pela concepção de Foucault.

Dessa maneira, sob a ótica foucaultiana, qualquer referencial analítico que compreendesse os processos de dominação no interior da sociedade como irreversivelmente opressivos padeceria de uma unilateralidade condenável tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, justamente porque fracassaria em enxergar



as contratendências que sempre os habitam e sempre lhes são subjacentes. É evidente como a visão de Foucault de modo algum está comprometida com qualquer tipo de pessimismo, ou seja, uma perspectiva que conclua pela impossibilidade de transformação da sociedade. Nada seria mais alheio a seus pressupostos, pois de suas ideias depreende-se não apenas que as possibilidades de resistir ao poder existem, como também que elas já se encontram inscritas nas próprias estruturas em relação às quais se contrapõem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou examinar quais são as vantagens de compreender os fenômenos relativos ao poder à luz do paradigma proposto por Foucault no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*. A partir da discussão apresentada, concluiu-se que, na recusa de conceber o poder como concentrado e instrumental, Foucault consolida um modelo teórico que se destaca quanto ao aspecto teórico-descritivo por possuir, em síntese, três qualidades. A primeira é sua capacidade de descrever a estrutura das relações de poder concretas de uma maneira que supera a unilateralidade das descrições derivadas a partir de modelos concorrentes como os discutidos nos tópicos anteriores. Com efeito, embora reconheça que relações de poder, especialmente as de dominação, são marcadas por assimetrias hierárquicas, o modelo de Foucault é o único que explica como as relações de poder sempre produzem efeitos não apenas sobre aqueles que são subjugados, mas também sobre aqueles que ocupam a posição preponderante dentro da relação.

A segunda qualidade é o fato de que, conforme a entrevista de 1984 citada na quarta seção, sobre a ética do cuidado de si e a liberdade, o modelo foucaultiano permite estabelecer uma distinção entre poder e dominação, caracterizando a última como uma das manifestações possíveis do poder, que se distingue pela rigidez, e não como a única. Reservar o conceito de dominação somente àquelas relações dotadas de rigidez implica que nem todo exercício de poder equivale a um exercício de dominação, isto é, implica que pode haver formas de poder que se contrapõem à dominação, em vez de reforçá-la ou perpetuá-la.

A terceira qualidade é que o modelo foucaultiano, de acordo com a discussão da quarta seção do artigo, é capaz de diagnosticar, em qualquer estado de dominação, a existência de circunstâncias que são indispensáveis à sua manutenção, mas que, ao mesmo tempo, excedem o controle de quem exerce o papel de dominador. A esse



respeito, no exemplo discutido, retirado de *A Vontade de Saber*, observou-se que uma das condições históricas para a constituição da hegemonia econômica da burguesia foi que os controles criados pelo dispositivo da sexualidade tiveram de ser amplamente aplicados aos próprios membros da classe burguesa, modelando suas experiências de prazer e suas formas de desejar a partir de práticas discursivas que mesmo essa elite social não era capaz de controlar.

Do ponto de vista político, o conhecimento dessas circunstâncias que excedem o controle de quem exerce a dominação é crucial. Com efeito, se é verdade, como afirma Foucault, que a resistência é tão onipresente quanto o poder, então, à luz dos argumentos aduzidos, essas circunstâncias constituem os pontos frágeis contra os quais seria possível mobilizar as resistências subjacentes aos estados de dominação.

Com relação ao aspecto prático-político, concluiu-se que Foucault é capaz de compatibilizar as teses da onipresença do poder e da coexistência entre poder e resistência de uma maneira que não incorre no problema do esvaziamento das noções de agência e liberdade. Ao insistir em que as possibilidades de resistência surgem de forma imanente como efeitos colaterais do próprio poder, Foucault favorece, em *A Vontade de Saber*, uma versão situada, por assim dizer, dos conceitos de agência e liberdade, ou seja, uma concepção em que a liberdade e a agência não são compreendidas abstratamente como atributos intrínsecos e a-históricos dos sujeitos, mas sim como possibilidades contingentes que só existem no contexto de relações práticas concretas. A cada relação de poder diferente corresponde um tipo de resistência e um tipo de exercício da liberdade que lhe são específicos e que só podem ser conhecidos em detalhe analisando-se genealogicamente (no sentido foucaultiano do termo) as circunstâncias históricas particulares que deram origem àquela relação.

Com base em tais premissas, pode-se inferir que os elementos a serem mobilizados para transformar qualitativamente as relações de poder consistem em contingências históricas que já estão presentes nas próprias relações, de sorte que o pensamento de Foucault – justamente por elucidar formas de poder baseadas em intervenções sobre o corpo, seja para adestrá-lo, seja para administrar seus fenômenos biológicos – coloca o sexo no centro das estratégias de luta política. Se o sexo, como analisado no artigo, é o ponto de entrecruzamento entre as duas principais formas de poder instauradas na modernidade, o poder disciplinar e a biopolítica, segue-se que nenhuma resistência que pretenda ter potencial emancipatório, nos termos definidos na última seção, pode se furtar a exercer-se também no campo sexual. Por fim, o paradigma de análise do poder de Foucault logra escapar à



armadilha utópica de considerar que a meta dessas lutas pela emancipação deve ser a busca de novas relações sociais livres de poder.



REFERÊNCIAS

- ALLEN, Amy. *The Politics of Ourselves: Power, Autonomy and Gender in Contemporary of Critical Theory*. Nova York: Columbia University Press, 2008.
- ALLEN, Amy. Emancipação sem Utopia: Sujeição, Modernidade e as Exigências Normativas da Teoria Crítica Feminista. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 103, pp. 115-132, nov. 2015.
- BENHABIB, Seyla. Feminismo e Pós-Modernismo: uma aliança complicada. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; FRASER, Nancy; CORNELL, Drucilla (Orgs.) *Debates Feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BILLOUET, Pierre. *Foucault*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BUSSOLINI, Jeffrey. What is a Dispositif? *Foucault Studies*, n. 10, pp. 85-107, nov. 2010.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 237-248, 2011.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault y sus contemporáneos*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits: 1954-1988 (IV: 1980-1984)*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FRASER, Nancy. Foucault on Modern Power: Empirical Insights and Normative Confusions. *Praxis International*, Nova Jersey, v. 3, n. 1, pp. 272-287, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. *Between Facts and Norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Massachusetts: MIT Press, 1996.
- HONNETH, Axel. *Freedom's Right: the social foundations of democratic life*. Columbia: Columbia University Press, 2014.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo: Editora Politeia, 2018.
- LYNCH, Richard. A Teoria do Poder de Foucault. In: TAYLOR, D. (Org.) *Michel Foucault: Conceitos Fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética de resistência. *Ecopolítica*, n. 2, pp. 37-63, 2012.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- TAYLOR, Chloe. *The Routledge Guidebook to Foucault's The History of Sexuality*. Londres: Routledge, 2016.

